



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

LEI N° 4.699

DE 18 DE DEZEMBRO DE 2006

Altera a **Lei n.º 4.252**, de 26 de novembro de 2003, que dispõe sobre o **programa de recuperação de créditos fiscais – RECFIS** no município de São Luís, e dá outras providências.

O PREFEITO DE SÃO LUÍS, Capital do Estado do Maranhão.

Faço saber a todos os seus habitantes que a Câmara Municipal de São Luís decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O caput do art. 3º e seus incisos I, II, III, IV e VIII da Lei n.º 4.252, de 26 de novembro de 2003 (Programa de Recuperação de Créditos Fiscais – RECFIS), passam a vigorar com a seguinte redação, inserindo-se no artigo o inciso VIII:

“Art. 3º. A apuração e consolidação dos débitos tributários que tenham ocorrido até a data da publicação desta Lei, obedecerão aos seguintes critérios:(NR)

Parágrafo único: Os benefícios do presente RECFIS serão extensivos a créditos tributários ajuizados ou não.

I – para pagamento à vista até o dia 15/01/2007 serão excluídos 100% (cem por cento) dos acréscimos decorrentes de juros e multas; (NR)

II – para pagamento à vista a partir de 15/02/2007 serão excluídos 90% (noventa por cento) dos acréscimos decorrentes de juros e multas; (NR)

III – para pagamento á vista até o dia 15/03/2007 serão excluídos 80% (oitenta por cento) dos acréscimos decorrentes de juros e multas; (NR)

IV – para pagamento á vista a partir de 16/03/2007 serão excluídos 60% (sessenta por cento) dos acréscimos decorrentes de juros e multas até o dia 15/06/2007; (NR)

V -

VI -

VII -

VIII - para pagamento à vista de autos que contenham somente a multa por infração, a redução será de 70% (setenta por cento) até 90 (noventa) dias contados a partir da publicação desta Lei. No caso de parcelamento existentes, serão concebidas as regras dos incisos antecedentes”. (AC)



PREFEITURA DE SÃO LUÍS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

LEI Nº 4.699

DE 18 DE DEZEMBRO DE 2006

Art. 2º. O art. 8º da Lei n.º 4.252, de 26 de novembro de 2003 (Programa de Recuperação de Créditos Fiscais – RECFIS), passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

“Art. 8º.....

§ 1º.....

§ 2º. Verificado o cancelamento do parcelamento anteriormente concedido pelo RECFIS, o contribuinte poderá reparcelar, excepcionalmente, uma única vez, a totalidade dos débitos, atualizados monetariamente e incorporados os acréscimos previstos na legislação vigente, que será confessado de forma irreatável e irrevogável”. (AC)

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todos quantos o conhecimento e execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém. A Secretaria Municipal de Governo a faça imprimir, publicar e correr.

PALÁCIO DE LA RAVARDIÈRE, EM SÃO LUÍS, 18 DE DEZEMBRO DE 2006, 185º DA INDEPENDÊNCIA E 118º DA REPÚBLICA.

TADEU PALÁCIO
Prefeito